

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins or other markings on the paper.

A Questão do Oriente, a Índia e o sudeste asiático

As potências europeias, particularmente a Inglaterra, optavam por formas de dominação indiretas, explorando a condição de dependência informal e a inserção desses espaços na esfera comercial pela via do livre-cambismo. De qualquer forma, com o desaparecimento do domínio colonial espanhol e português na América, o único Império



verdadeiramente mundial era o britânico (dado que a Rússia não tinha uma motivação capitalista) e suas bandeiras inauguraram uma nova fase imperialista. Assim, em lugar dos impérios mercantis, até 1870-80 a Grã-Bretanha apresentava-se como o maior império marítimo colonial.

A ambição pelo controle absoluto de territórios africanos e asiáticos despertou tardiamente, embora algumas regiões tivessem valor estratégico como o Egito e o sul da África, devido a sua posição geográfica, facilitadora para o estabelecimento de rotas comerciais. E ainda, depois das descobertas de reservas minerais, essa última região ganhava importância econômica. Todavia, o final do século XIX viria a ser o período, por excelência, das guerras coloniais. Os conflitos intensificavam-se na medida em que as potências europeias ordenavam operações em qualquer ponto dos outros continentes.

Com exceção dos russos, todas as iniciativas expansionistas demandavam um esforço naval. Embora houvesse campanhas de curta duração, a maioria delas desenrolava-se em condições difíceis, exigindo tempo e grande esforço de homens e material. O pouco conhecimento das populações, de suas línguas, de suas culturas e de suas formas de combate implicava em problemas complexos. Não há dúvida de que a superioridade técnica e militar dos europeus era esmagadora, mas a necessidade de se adaptarem ao novo meio não garantia sucesso imediato. Em muito foi utilizada a cooptação de forças auxiliares en-

tre os povos colonizados, como forma de manter a ordem. Mas, por outro lado, não se podem desconsiderar as forças precedentes existentes nas regiões dominadas.

Uma dessas forças era, sem dúvida, a diplomacia dos Estados orientais, organizada a serviço das classes dominantes, dos diferentes grupos feudais e dinastias. Esses grupos interessavam-se por ampliar seus territórios, controlar pontos estratégicos e rotas comerciais, em um movimento que pretendia impor o poder dos Estados sobre rivalidades tribais, por exemplo. A diplomacia desses Estados desenvolveu muitos modelos e formas de negociações e, por muitas vezes, garantiu a independências desses Estados frente às agressões externas. Porém, diante de seus limites para conter as pretensões colonialistas, com frequência a diplomacia foi utilizada para promover a concertação com os Estados europeus. Outros fatores agiram, igualmente, sobre a capacidade de autonomia dos Estados orientais. O atraso econômico e técnico condicionava a debilidade militar, bem como o isolamento entre os Estados e destes com o mundo exterior, marcando seus procedimentos e suas relações. Assim, o Oriente, entre o final do século XVIII e início do século XIX foi palco das rivalidades entre as grandes potências do Ocidente.



As potências coloniais e o controle da Ásia meridional

A conquista da Índia pelos britânicos foi realizada através da Companhia das Índias Orientais, sob a proteção do governo britânico. A região, com uma população bastante superior a das outras colônias, logo se transformou na base do monopólio colonial da Grã-Bretanha. A conquista da Índia foi resultado de longas guerras e complexas negociações diplomáticas. A superioridade militar britânica garantiu aos seus pequenos contingentes a vitória sobre as massas da infantaria e cavalaria da Índia. No entanto, os colonizadores britânicos não conseguiriam submeter os indianos somente pelo controle das armas, mas sim, através da aliança com os senhores feudais locais, que, por sua vez, não gozavam de uma unidade.

Após a desintegração do Império Mongol, a Índia transformou-se em um território fragmentado, com inúmeros principados feudais, hostis entre si. Sobre esse sistema fracionado, operou a clássica diplomacia britânica: a intervenção nas discórdias entre os príncipes indianos e as lutas entre os senhores feudais, nas diferenças de classes, nações e religiões. Os formuladores e executores da diplomacia britânica foram os governadores-gerais da Companhia das Índias Orientais que, apoiados na violência militar ou em atividades subversivas, exploravam todas as fragilidades estruturais do país.

A acumulação improdutiva de tesouros era um traço característico da política financeira das monarquias feudais indianas, como também de outros países do Oriente. Os conquistadores britânicos sabiam do costume dos príncipes indianos de guardar grandes quantidades de ouro, prata e pedras preciosas e aproveitaram qualquer oportunidade para se apoderarem dessas riquezas. Outra prática recorrente da Companhia era os “tratados subsidiários” com os príncipes indianos, quando o governador-geral enviava comissários ou agentes diplomáticos para ocuparem cargos de altos conselheiros desses príncipes, os quais, simultaneamente, deveriam se comportar como informantes para a Companhia e a Coroa britânica.

Muitos desses agentes permaneciam muitos anos no cargo e, para se familiarizar com a situação da Índia, estudavam o persa, que servia como idioma diplomático. Os tratados subsidiários estabeleciam, de imediato, restrições à autonomia dos príncipes (direito de declarar guerra, de estabelecer a paz, envio de tropas, controle territorial), que deveriam submeter aos britânicos suas decisões. Mas, cabia aos príncipes e ao clero manter a ordem e controlar as massas da população.

O avanço dos britânicos sobre a Índia foi sistemático, ainda que, em algumas regiões, a resistência tenha sido efetiva. Por vezes a ação britânica esbarrava no poderio de um grande principado, a exemplo das guerras que tiveram que travar com o reino de Maisur. Esse era um reino gran-



de, relativamente unido e centralizado, que ambicionava fortalecer seu poderio e sua independência, bem como sua dominação sobre o sul da Índia. O desenvolvimento agrícola e a produção de ferro permitiram à região manter um exército bastante forte. Ao perceber a ameaça que os britânicos representavam à sua independência, o reino buscou o apoio da França.

A Companhia das Índias Orientais, por sua vez, procurou realizar alianças com outros soberanos indianos, com principados com os quais havia firmado tratados subsidiários e que se ressentiam do poder do reino rival. Os resultados do conflito não conduziram a resultados definitivos, mas os britânicos não tardaram em burlar a paz de compromisso e acabar com o poderio do reino de Maisur. Com a derrota do Império napoleônico e a consolidação do monopólio comercial e industrial britânico, conjugada ao seu poderio marítimo, as novas conquistas na Índia e nos países limítrofes foram facilitadas. Os métodos da colonização britânica mudaram um pouco, mas nas regiões onde a Companhia se sentia forte ou onde podia se apoiar nos senhores feudais, a anexação pura e simples era a prática mais comum.

Ao término da guerra com o Nepal, em 1816, a Companhia das Índias Orientais se limitou a impor à região um regime de protetorado, concedendo parte do território aos chefes de uma tribo que havia combatido nas fileiras britânicas. Através da política de instigar as rivalidades en-

tre as lideranças indianas, em 1817 e 1818, a Companhia conseguiu derrotar as tropas do principado de Marath, outro foco de rebeldia. Em 1829, a guerra contra a Birmânia resultou na anexação de Assam e de uma faixa de terra ao longo da parte oriental do golfo de Bengala e, a partir do Tratado de Janabo, assinado em 1826, fixou-se um oneroso convênio comercial com os britânicos. Entretanto, mesmo perdendo parte de seu território e, depois, tendo que aceitar um tratado acordado em condições de desigualdade, a Birmânia conservou sua independência, graças à resistência de suas tropas e à luta de seus guerrilheiros.

Por outro lado, dentro das aspirações da Grã-Bretanha, tornava-se importante estender sua dominação ao noroeste da Índia para abrir um caminho seguro para a subordinação do Afeganistão. Em meados do século XIX, os britânicos controlavam vastos territórios da Índia com uma população que se calculava entre 170 e 190 milhões de habitantes. Uma grande parte do país havia sido anexada e era dirigida por funcionários da Companhia das Índias Orientais. Em 1849, sob o controle direto da Companhia se contabilizava dois terços do território e três quartos da população do país. O restante, mais de quinhentos principados dependentes, se encontravam sujeitos aos tratados subsidiários.

Esse sistema de tratados subsidiários e a aliança dos colonizadores britânicos com os marajás preservaram, por um longo período, tanto a dominação da Grã-Bretanha



quanto o feudalismo indiano, ao mesmo tempo em que sufocava os anseios da grande massa da população. A exploração da Índia, além de dinamizar a empresa colonial e enriquecer um grande número de funcionários coloniais e oficiais, que obtinham postos altamente lucrativos, levava a cabo, mediante pesados impostos, contribuições de guerra, confiscos, utilização de mão de obra e comércio desigual, o crescimento sem precedentes que a Grã-Bretanha alcançou rapidamente no século XIX.

A Índia, diante da importância que assumia no desenvolvimento capitalista britânico, converteu-se em um negócio que transcendeu ao monopólio da Companhia, transformando-se em um espaço de interesse de todos os capitalistas britânicos. Os colonizadores mantiveram a exploração feudal, os preconceitos do sistema de castas e as diferenças nacionais e religiosas, fatores que auxiliaram no controle do descontentamento popular. Todavia, a modernização que acompanhava os mecanismos de exploração, criou uma tensão que levou à eclosão, em 1857-58, da grande Revolta dos Cipayos, as tropas coloniais indianas. Após reprimir o movimento o governo inglês aproveitou a oportunidade para dissolver a velha Companhia das Índias Orientais (um resquício mercantilista) e assumir o controle direto da colônia, colocando-a a disposição do conjunto dos empresários britânicos.

A expansão britânica prosseguiu em direção ao sudeste asiático, com a anexação da Birmânia em 1866

e da Malásia em 1874, controlando a estratégica passagem do Oceano Índico para o Pacífico através do porto de Cingapura. A França havia iniciado a conquista da Indochina em 1862, com a anexação da Cochinchina (Saigon e o delta do Rio Mekong) e do Camboja no ano seguinte. Entre 1883 e 1893 o resto do Vietnã e o Laos (uma província tailandesa) foram anexados. No plano geopolítico a Tailândia (Sião), cercada entre britânicos e franceses, transformou-se num espécie de Estado tampão, logrando, assim, conservar sua independência, apesar das perdas territoriais que sofreu. Mais ao sul, os holandeses procederam à conquista da Indonésia (Índias Holandesas), partindo dos antigos enclaves mercantilistas que ainda detinham no arquipélago. O domínio colonial holandês foi estabelecido dentro de certa aliança com a Inglaterra, como se observa pela criação da companhia petrolífera anglo-holandesa Shell, que tinha uma de suas bases mais importantes justamente na Indonésia.

A Questão do Oriente e do Extremo-Oriente

Outro foco de problemas internacionais foi a chamada Questão do Oriente. O enfraquecimento e declínio do Império Otomano fez com que a área dos Estreitos de Dardanelos e do Bósforo e dos Balcãs passasse a ser alvo de disputa das principais potências europeias, entre elas Rússia, Grã-Bretanha, França e Áustria. A Rússia, afastada das

rotas comerciais, desenvolveu a política de buscar uma saída para o Mediterrâneo através desses estreitos, conhecida como “acesso aos mares quentes e livres”. O país somente possuía acesso a mares semifechados, cuja saída era controlada por outras potências, como o caso do Mar Báltico e do Mar Negro, totalmente fechado como o Mar Cáspio ou gelado em boa parte do ano, como o Oceano Ártico e Oceano Pacífico. Assim, ainda que constituindo um Estado continental, a Rússia possuía um complexo de cerco.

No Oriente Médio, em decorrência da intervenção napoleônica, formou-se em 1808 o Egito autônomo, comandado por Mohamed Ali, um general albanês do exército turco. Mohamed Ali criou uma verdadeira potência, com políticas modernizadoras e desenvolvimentistas e um grande exército, que chegou a ameaçar o sultão turco. A intervenção europeia em defesa da Turquia, em 1839-41, obrigou Ali a acatar o domínio turco e a dismantelar seu regime econômico, aceitando os interesses econômicos semicoloniais anglo-franceses no Egito em troca do estabelecimento de sua dinastia no país (que perduraria até os anos 50 do século XX). Em 1841, como recompensa pelo apoio ao Sultão turco, a Inglaterra obtém o fechamento dos Dardanelos aos navios russos.

Assim, o decadente império turco ganharia uma sobrevida até a Primeira Guerra Mundial. A Grã-Bretanha não admitia a expansão russa à custa do Império Otomano, pois tinha grandes interesses políticos e econômicos na re-

gião procurando garantir o controle sobre as rotas terrestres e marítimas em direção à Índia, fundamental para o Império Britânico. A França, por sua vez, isolada na Europa, tinha interesse em várias áreas do Império Otomano, especialmente o Egito. Por fim, a Áustria, também carente de bons portos estava interessada na livre navegação do Rio Danúbio. Dessa forma, o Império Otomano sofreu constantes fraturas em decorrência dos choques internacionais das potências interessadas nos Bálcãs. Como resultado, os turcos acabaram por recuar gradativamente da península, contribuindo para a efervescência dos diferentes nacionalismos: búlgaros, romenos, gregos, sérvios, entre outros, organizaram-se em novos Estados tornando bem mais complexa a situação europeia.

A conquista da Índia e a constituição de tropas anglo-indianas transformaram-se em pontos de apoio para a expansão dos domínios britânicos e para a ação diplomática em direção aos Estados vizinhos, Irã, Afeganistão, países da Indochina e o Extremo Oriente, como foi visto. A diplomacia britânica utilizou várias vezes a justificativa de que suas conquistas no Oriente Próximo e Médio eram necessárias para defender a Índia e os países limítrofes de possíveis agressões externas, principalmente por parte da França e da Rússia. Já no final do século XVIII, agentes diplomáticos da Grã-Bretanha e da França penetraram inúmeras vezes no Irã. O mercado iraniano atraía a burguesia britânica e francesa.



Sua posição estratégica em relação às fronteiras com a Rússia, com a Turquia e os acessos da Índia à Ásia Central conferiam ao país significado colonial. Em 1801, a Companhia das Índias Orientais assinou um tratado político e um convênio comercial com o Xá do Irã. Nesses acordos foi estipulada uma aliança entre os dois países contra o Afeganistão (os iranianos ambicionavam anexar as terras afegãs limítrofes com o seu território) e o compromisso iraniano de não permitir a passagem, pelas suas terras, das tropas de nenhuma potência europeia que se dirigisse às fronteiras da Índia. Em contrapartida, o Irã receberia armas e dinheiro. Os comerciantes britânicos estariam autorizados a exportar tecidos e ferragens ao país e a estabelecerem-se nos portos iranianos.

A Rússia, após sua contenção em relação à Turquia, desviou sua expansão mais para leste, avançando sobre o Império persa nas duas margens do Mar Cáspio e sobre os decadentes cantos da Ásia central, como o Turquestão. A região foi ocupada entre os anos 60 e 80 do século XIX e, a partir de então, as tribos afegãs passaram a ser visadas por São Petersburgo. Mas nessa região, chocou-se com a expansão dos ingleses, a partir da Índia. Assim, a Pérsia e o Afeganistão (na realidade uma confederação tribal) viriam a se tornar Estados-tampão entre o imperialismo russo e inglês, mantendo suas independências. A Pérsia chegou a ter áreas de influência dos dois países em 1907, com uma zona neutra no centro. Evoluindo por uma linha de menor resis-

tência, a Rússia então acelerou sua expansão em direção às periferias oriental e setentrional da China, anexando territórios e estendendo sua influência sobre a Mongólia Exterior, o Turquestão chinês (Sinkiang) e a Manchúria. A *Questão do Oriente* evoluía para a *Questão do Extremo-Oriente*. A projeção do poder russo em direção à Coreia provocaria um choque com o Japão e, indiretamente, com a Inglaterra.

Quanto às relações entre a China e a Rússia, até 1860, não havia nenhum comércio marítimo entre os países. Ao contrário da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos que se dedicavam ao contrabando do ópio, a Rússia praticava minimamente tal atividade. As enormes distâncias, a baixa densidade populacional e as dificuldades em atravessar a Sibéria faziam da China um espaço mais débil para a atuação da Rússia que, até a Guerra da Crimeia, era vista como uma grande potência militar na Europa. Diante das preocupações russas em sufocar o movimento revolucionário na Europa e de manter sua política no Oriente Próximo, era mais interessante que a China mantivesse sua independência e debilidade, do que servir como instrumento de uma Grã-Bretanha poderosa. A abertura dos portos chineses ameaçava o comércio entre os dois países que se desenvolvia por terra. De qualquer forma, os russos procuraram firmar alguns acordos comerciais com a China, visando principalmente as regiões periféricas do noroeste chinês, onde as condições geográficas fariam impossível a concorrência ocidental.



Em relação ao Japão, a Rússia tinha necessidade de estabelecer relações comerciais para abastecer os povoados do Alasca (que venderiam aos EUA em 1867, evitando que fosse controlado pelos britânicos a partir do Canadá), das ilhas Aleutas e Kurilas, bem como as costas do Mar de Okhotsk. Contudo, o alargamento dos domínios russos no Oceano Pacífico despertou certa hostilidade e inquietude nos círculos dirigentes japoneses. Na primeira metade do século XIX, tanto o Japão quanto a Coreia seguiram isolados do resto do mundo. Porém, a primeira guerra do ópio e os tratados desiguais estabelecidos com a China, prepararam o terreno para a exploração colonial de toda a região asiática pelas potências coloniais.

O Império chinês e os Tratados Desiguais

Na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento capitalista da Europa e dos Estados Unidos conduziu ao incremento da expansão colonial também na Ásia Oriental. Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e outros países capitalistas aspiravam converter a China em um espaço de exploração colonial. Os empreendimentos na China resultaram em uma ação bem mais difícil do que no caso indiano. O Império chinês, apesar da autonomia da administração provincial, possuía certa unidade política e centralização. A resistência do Estado chinês e o maior afastamento dos

países ocidentais foram fatores que também contribuíram para as dificuldades ocidentais em efetivar suas ambições coloniais.

Nos séculos XVII e XVIII, a China havia sido um poderoso império feudal que realizou grandes conquistas e mantinha como vassalos inúmeros países vizinhos, entre eles, Coreia, Mongólia, Turquestão Oriental, Birmânia e Vietnã, sendo o Tibete também parte do império como vassalo. Uma hábil política de casamentos e tributos em troca de proteção garantia a estabilidade deste Império, que era mais uma civilização confuciana que um Estado territorial de tipo europeu. Devido ao relativo isolamento da China, entre 1760 e 1790 foi fixada uma legislação na qual o comércio externo era realizado sob a supervisão de um superintendente chinês que articulava as transações com um pequeno grupo de privilegiados mercadores. Essa medida, na verdade, representava a capacidade de independência econômica da China, que não necessitava da importação de artigos estrangeiros. A política de isolamento, embora reacionária, tinha o propósito de também preservar o país das possíveis agressões externas. Todavia, esse mesmo isolamento contribuiu para acentuar a estagnação e seu atraso em relação aos países capitalistas.

Os representantes diplomáticos que chegavam a China eram recebidos em raras ocasiões. A resistência dos diplomatas em cumprir na audiência com o cerimonial



*ke-tou*¹⁴ e a entregar suas credenciais a outros funcionários que não o imperador, o que servia como pretexto para não deixá-los chegar à capital e à corte. O isolamento do país contribuía para que os altos dirigentes do Império não conhecessem ou tivessem uma noção mais exata do modo de vida e da força dos outros países. O governo nunca enviava representantes diplomáticos aos Estados ocidentais e, portanto, orientava-se mal sobre os assuntos da política internacional. Esse posicionamento auxiliou, por algum tempo, no fortalecimento do império e na manutenção do regime feudal. Porém, gradualmente, o atraso econômico e militar em relação às potências que desejavam penetrar em seu mercado e subjugar-la economicamente tornou-se evidente. A política de isolamento acabou sucumbindo diante das agressões externas, iniciadas pela Grã-Bretanha. Com base nas colônias da Índia para penetrar na China, os britânicos até 1833 gozaram do monopólio comercial com o país. No início do século XIX, os britânicos levavam à Cantão lã, estanho, ferro, chumbo e algodão, comprando dos chineses chá e seda crua.

Por volta de 1820, começou a crescer o contrabando de ópio, trazido da Índia. O comércio do ópio era controlado pela Companhia das Índias Orientais, que lucrava extraordinariamente com a concessão de licenças. Os impostos sobre o cultivo e o tráfico do ópio proporcionaram grande lucro aos britânicos e logo passou a ser o principal produto de exportação para a China, como forma de financiar as importações britânicas de produtos chineses. A transformação da Grã-Bretanha em primeira potência industrial com uma grande produção mecanizada, a crise de 1836 e o incremento do movimento cartista, acentuaram a sua necessidade por mercados exteriores.

Cada vez mais aumentava a pressão dos capitalistas britânicos para que o governo empregasse a força na abertura do mercado chinês e, paralelamente, a Companhia das Índias Orientais procurava dar caráter legal à venda do ópio. Embora a justificativa dos colonizadores britânicos para a abertura da China ao comércio estrangeiro fosse a de incorporar o país à esfera da “civilização” e ao intercâmbio internacional, seu propósito prático era o de impor ao país uma relação desigual e onerosa, de apropriar-se de parte de seu território e imensas riquezas e de subordinar a China a sua dominação econômica e política.

O governo chinês não desconhecia as consequências fatais da importação do ópio, que minava a saúde do povo, corrompia os costumes e produzia a ruína de muitas atividades econômicas, como o artesanato. Também pre-

14 A China possuía um cerimonial diplomático, diferente do que existia na Europa. Os embaixadores dos Estados vassalos eram obrigados a cumprir o seguinte rito: deveriam cair nove vezes frente ao imperador. Antes da audiência, o diplomata deveria cumprir esta cerimônia diante do nome do imperador ou diante do trono vazio. O mesmo era exigido aos embaixadores estrangeiros.

judicava a disciplina no exército e entre os funcionários e, acima de tudo, drenava a riqueza do país para o exterior. O governo chinês logo passou a divulgar informes aconselhando a proibição ao consumo de ópio. Em 1939, um comissário imperial em Cantão, encarregado de tomar medidas contra os consumidores de ópio, mandou confiscar e destruir mais de 20.000 caixas do produto de propriedade de comerciantes britânicos.

A ação legítima das autoridades chinesas desencadeou a primeira guerra do ópio (1839-1842), na qual a China foi derrotada diante da maior capacidade técnica dos britânicos. O prolongamento da guerra dava uma chance de vitória aos chineses, pois as reações populares e guerrilheiras dificultaram bastante o avanço dos colonizadores. As guerrilhas nos arredores de Cantão, Hong Kong e outras localidades estimulavam o povo contra os invasores. No entanto, a pilhagem e as violências contra a população civil fizeram com que o governo optasse pelo seu término e a preservação social, embora gerando a subserviência econômica aos britânicos.

Em agosto de 1842 foi assinado o Tratado de Nanquim, no qual a China cedeu Hong Kong à Grã-Bretanha, comprometeu-se a pagar 21 milhões de yuans como reparação de guerra e a abrir cinco portos ao comércio britânico, onde, posteriormente, seriam criadas concessões estrangeiras. No ano seguinte, foi estabelecido um acordo complementar no qual a China concedia à Grã-

-Bretanha os direitos de nação mais favorecida e os privilégios da extraterritorialidade (de jurisdição consular). Na verdade, a primeira guerra do ópio significou apenas o primeiro passo para a exploração colonial da China. Em 1844, Estados Unidos e França deram continuidade ao estabelecimento de tratados desiguais com a China. Os Estados Unidos, na primeira metade do século XIX, já tomavam parte na expansão colonialista das potências ocidentais no Oceano Pacífico.

Os Estados Unidos apareceram no Oceano Pacífico como competidores da Grã-Bretanha. Embora o volume do comércio marítimo com a China fosse inferior ao realizado pelos britânicos, os norte-americanos controlavam o contrabando de ópio que procedia da Turquia e era introduzido na China, ao mesmo tempo em que realizavam negócios no Sião e na Indonésia. Entretanto, a expansão norte-americana na Ásia concentrava-se, predominantemente, na China e no Japão. Entre 1830 e 1840, em função do crescimento da sua indústria têxtil, aumentou o interesse em comercializar tecidos de algodão no mercado chinês. O temor do governo chinês de que as potências ocidentais se empenhassem em estabelecer alianças, fez com que a China se submetesse a prática de concessões a todas as potências.

Assim, os Estados Unidos garantiram os direitos de nação mais favorecida, obtendo todas as vantagens antes outorgadas à Grã-Bretanha. Logo, os norte-americanos



pretendiam expandir os tratados desiguais para o Japão e a Coreia, mas a guerra contra o México estancou tais projetos circunstancialmente. As atividades políticas voltadas para o Extremo Oriente foram retomadas por volta de 1850, ao término da expansão territorial interna e da transformação do país em uma potência do Pacífico. A França também exerceu sua influência na região e procurou concertar com a China um tratado desigual e a possível anexação de uma ilha para o estabelecimento de uma base naval.

Em outubro de 1844 foi subscrito um tratado franco-chinês, no qual a França garantiu, também, a concessão de nação mais favorecida. O tratado permitia aos chineses professar o cristianismo, os missionários franceses poderiam construir templos e pregar nos portos abertos da China. A “defesa do cristianismo” passou a ser o instrumento favorito dos colonizadores no país enfraquecido, mas atento ao processo que ganhou peso a partir da segunda metade do século XIX. Os tratados desiguais significaram para as potências capitalistas a liberdade para a exploração e a subserviência econômica da China, envenenada pelo ópio.

A China da Dinastia manchu dos Qing (no poder desde 1644), ao mesmo tempo em que era vítima de agressões externas, enfrentava a desorganização e os protestos internos, pois estava começando a perder o “mandato celeste”. Nos anos 50 e 60 foi sacudida pela revolta camponesa dos Taiping. Em 1872 os japoneses ocuparam

as ilhas Ryukyu e, com a vitória destes sobre a China em 1894-5, perderam a Coreia e Formosa. As reações antiocidentais fomentadas pela enfraquecida Dinastia manchu, como a Revolta dos Boxers em 1900, apenas acarretaram intervenções ainda maiores das potências ocidentais, mais concessões comerciais e de extraterritorialidade, bem como novas perdas territoriais. O Império estava pressionado interna e externamente, enquanto o universo chinês mergulhava no caos e em guerras civis e externas que durariam um século.

A Revolução Meiji e a industrialização japonesa

As revoluções burguesas tardias ou pelo alto marcaram o desenvolvimento histórico da Alemanha, da Itália e, ainda que num contexto totalmente diferente, do Japão. Depois que a esquadra norte-americana, liderada pelo Comodoro Perry, forçou a abertura desse país em 1853, as elites nipônicas procuraram evitar que a nação sucumbisse ao colonialismo ocidental, tal como estava ocorrendo com a China. Para tanto, desencadearam uma revolução modernizadora a partir de 1868, a Restauração Meiji. O país iniciou então uma industrialização acelerada, em padrões semelhantes aos da “via prussiana”. Tal sucesso não se deveu apenas à vontade política da elite japonesa, mas à situação particular do país, que, graças à limitação de seu mercado interno e de seus recursos naturais, escapou da voracidade



colonialista, a qual se dirigiu então para a China, devido às maiores perspectivas que o país apresentava para os interesses ocidentais.

A abertura forçada do país provocou uma violenta reação entre os que defendiam o desenvolvimento de relações com o exterior e os partidários de uma política isolacionista. Este último grupo, que responsabilizava o *Shogun* pela invasão, encabeçou uma reação nacionalista e xenófoba, promovendo o enfraquecimento do xogunato. Após uma série de conflitos internos, em 1868 o xogunato foi eliminado e foi proclamada, então, uma restauração imperial. O novo imperador toma o nome de Meiji (Governo esclarecido ou iluminado) e, com efeito, só irá exercer influência de 1875-1880. Entretanto, o movimento nacionalista que repõe a autoridade imperial percebe a necessidade de adaptar-se às novas tendências do mundo moderno.

Entre 1868 e 1873, várias reformas aboliram o sistema feudal. A antiga divisão social (guerreiros, camponeses, artesãos e comerciantes) é extinta em 1869 e substituída por uma nova hierarquia: a nobreza (aristocratas e antigos senhores feudais); os guerreiros da categoria superior (*samurais*); os guerreiros da categoria inferior; e, o povo. Logo essa situação viria a se alterar, com a autorização dos casamentos entre classes (1870) e a instituição do serviço militar obrigatório (1873). Os senhores feudais promoveram uma reforma agrária, tornando-se uma nova classe que liderava o Estado e se tornavam industriais. Os cam-

poneses, que deveriam indenizar os nobres, aumentaram a produção agrícola e formaram um excedente populacional que se converteu na nova classe operária urbana.

Houve, então, uma forte acumulação primitiva de capital em escala doméstica. De qualquer forma, o objetivo primordial dos dirigentes da era Meiji era o de dotar rapidamente o país de uma indústria moderna, nos padrões ocidentais. Contudo, a ideia era copiar as técnicas ocidentais, mas manter a identidade cultural, nacional e histórica do povo japonês. Sendo uma sociedade confuciana, em que o conhecimento e a educação são bens preciosos, milhares de estudantes foram enviados ao exterior para aprimorar-se nas técnicas industriais. O sistema financeiro foi reorganizado (a nova moeda, o *yen*, foi instituída em 1871 e o Banco do Japão em 1882), estradas de ferro são construídas e as primeiras grandes fábricas são inauguradas (siderúrgicas, estaleiros navais, tecelagem, etc.).

Devido a uma grande adesão nacional aos objetivos econômicos e militares do Governo Meiji, o Japão rapidamente se apresenta como uma potência asiática e, depois, mundial. O desenvolvimento industrial avança a passos largos e é acompanhado por um sensível crescimento do setor agrícola, que já ocupava um papel expressivo na economia japonesa, pois, devido aos melhoramentos técnicos, apresentou um progresso substancial. Ao contrário da China, o Japão não sofreu durante muito tempo com o colonialismo do Ocidente. Em pouco tempo o país se



apresentaria como um rival ao mundo ocidental através de uma agressiva política de expansão regional. Em 1895 a China foi derrotada e, dez anos depois, a Rússia também o era, com o Japão tornando-se uma potência colonial e imperialista na região. A Restauração Meiji, ao abolir as antigas estruturas feudais sem, todavia, alterar profundamente as bases da sociedade japonesa, permitiu aos privilegiados da antiga ordem reconverter-se em homens de negócios mantendo a crença social nas fortes tradições ancestrais.

